



Ofício nº 142/2018/SEADM / - ADJEL

Ao  
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
**Sr. Leonardo José Alves Leal Neri**  
Secretário de Licitação Material e Patrimônio  
Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti  
70.075-901 – Brasília/DF

Assunto: Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Prezados (a) Senhores (a),

1. Após análise da minuta referente ao Termo Aditivo de prorrogação, verificamos que o valor não está atualizado, conforme solicitado por esta empresa na carta de anuência a prorrogação.
2. Nesse sentido, registramos que iremos proceder a assinatura do referido Termo, **contudo**, reiteramos as solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação, bem como solicitamos agilidade na análise dos pleitos, rogando pelo bom senso, para, dentro de seus limites, dar andamento aos trâmites necessários à concessão, uma vez que a atualização dos valores na maior brevidade possível é imprescindível, tendo em vista que as alterações provocadas pela Convenção Coletiva da Categoria, bem como a majoração das tarifas de transporte, impactam diretamente no equilíbrio econômico financeiro da contratação, sendo que a manutenção deste é um direito constitucional, assegurado pelo Art. 37, inc. XXI, da Constituição.
3. Cumpre destacar que o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro face a alteração da tarifa de transporte foi encaminhada a mais de 1 (um) ano e não recebemos qualquer manifestação dessa Casa, apesar das reiteradas solicitações.
4. Ademais, conforme já exposto anteriormente por esta empresa, o próprio TCDF quando a época da alteração da tarifa, oficiou esta empresa obrigando o repasse imediato aos prestadores de serviços da diferença relativa ao aumento da tarifa, em contrapartida, no entanto, o TCDF até o momento não atualizou os valores que são arcados mensalmente por esta empresa, configurando desequilíbrio de preços, desde 01/01/2017, em desconformidade com a legislação vigente.
5. Destarte, é necessário que se conserve a correlação inicial entre prestações e remuneração, para que seja atendido o texto constitucional, especialmente considerando a atual situação das contratações públicas, onde a grande concorrência nos forçam a praticar preços com baixa taxa de lucratividade, tornando-se insuportável assumir o ônus das alterações pleiteadas.

TCDF/SEPRAD RECEBIDO 22/08/18 17:15 00213




6. Vale ainda lembrar que o reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independente de previsão contratual.

7. Por fim, convém alertar que a demora na análise e concessão dos pleitos, destoam da boa doutrina que devem seguir os contratos administrativos, que devem levar em conta o interesse público, mas **não se rejeitarão a proteção que é devida ao contratado, nem se negarão os princípios da boa-fé e da probidade**, contra o arbítrio, os quais devem ser rigorosamente respeitados pelo Poder Público.

Brasília-DF, 21 de Março de 2018.

Atenciosamente,

  
JOILMA MACEDO PEREIRA  
Diretora Administrativa  
J MACEDO PEREIRA ME